



Da incompreensão à problematização, caminhos para entender o jornalismo diversional

Francisco de Assis¹

Resumo: Revisitando bibliografia brasileira sobre gêneros jornalísticos, procuramos, neste trabalho, evidenciar bases reflexivas que nos ajudam a entender as dimensões do jornalismo diversional, o mais incompreendido em meio às taxionomias estabelecidas no país. O texto revela a complexidade da temática, bem como assinala o embate de denominações e de conceitos que circundam a prática de um jornalismo diferenciado, produzido com técnicas redacionais comuns à literatura. A partir dessas leituras, procuramos problematizar a questão, indicando o que ainda é necessário ser feito para uma apropriação mais proveitosa do gênero, seja para fins acadêmicos (ensino ou pesquisa), seja para fins profissionais (prática).

Palavras-chave: jornalismo; gêneros jornalísticos; jornalismo diversional.

1. Um gênero incompreendido

A temática dos gêneros jornalísticos tem sido regularmente agendada pelos pesquisadores que tomam o jornalismo como objeto de estudo. Como tentativa de compreensão das formas – cada vez mais diversas, em tempos de mudanças rápidas e constantes – pelas quais a imprensa se manifesta, os produtos originados nas redações são alvo de reflexões, de testes empíricos e de exercícios classificatórios que lhes atribuem nomenclaturas e identificam seus padrões de produção.

No Brasil, assim como em outros países, principalmente latino-americanos, os diagnósticos acerca da práxis, em comunhão com a diversidade já mencionada, têm

¹ Jornalista e professor do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo (SP). Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Vice-coordenador do grupo de trabalho (GT) Estudios sobre Periodismo da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic). e-mail: francisco@assis.jor.br

buscado ir além da tradicional separação do material jornalístico em dois polos: informativo e opinativo. Tem-se que veículos impressos, eletrônicos e, agora, digitais foram, ao longo dos anos, encontrando diferentes maneiras para estabelecer vínculos com sua audiência, conferindo tratamento às informações de atualidade em consonância com a própria multiplicidade das demandas sociais.

Assim sendo, a classificação que vem embasando nosso pensamento, elaborada por José Marques de Melo (2006; 2009; 2010a; 2010b), prevê a vigência de cinco gêneros jornalísticos praticados pela imprensa brasileira, muitos dos quais também encontrados em outros espaços geográficos: 1) *informativo* (cujo propósito é informar novidades); 2) *opinativo* (responsável por dar voz a opiniões diversas); 3) *interpretativo* (o qual tem a função de explicar os contextos em que os fatos ocorrem); 4) *diversional* (que oferece matérias agradáveis e redigidas com recursos mais comuns à literatura do que ao chamado *hard news*); e 5) *utilitário* (o que se ocupa de prestar serviços ao público-alvo da mídia, geralmente com a organização de dados significativos para o seu dia a dia). Cada uma dessas classes se desdobra em formatos com características próprias e que se estruturam em função dos mesmos propósitos norteadores dos gêneros aos quais estão subordinados.

Desse agrupamento, o que mais tem gerado conflitos terminológicos e incompreensões conceituais é o jornalismo diversional, mote de nossa tese de doutorado, em vias de finalização. Além da dificuldade para localizar referenciais – em geral, dispersos e controversos –, o entrave maior, a nosso ver, é o desencontro de nomenclaturas a respeito do fenômeno. Dito de outro modo, temos ciência de que as experiências relacionadas a textos jornalísticos humanizados, criativos, interessantes e que exibem feições literárias² recebem, de acadêmicos e de profissionais atuantes no mercado, uma variedade de designações, algumas sem qualquer vínculo com a realidade da imprensa.

Juliano Carvalho e Mateus Passos (2008, p. 68), por exemplo, dizem que “o texto jornalístico que empresta técnicas da literatura e apresenta uma apuração de informações diferenciada” já foi chamado de “novo jornalismo”, “literatura da realidade”, “escrita criativa de não-ficção”, “literatura do fato”, “jornalismo narrativo”, “jornalismo de

² Quando nos referimos à composição de textos, estamos, naturalmente, levando em conta todo o processo de produção, que vai desde o levantamento da pauta, passa pela apuração – o momento crucial – e que termina com o relato, disposto da maneira como o jornalista foi capaz de redigir.

livros”, “jornalismo degustativo”, “narrativa jornalística”, “jornalismo informativo de criação”, “parajornalismo” e “jornalismo literário”. Nessa lista, podem ser incluídos, ainda, os termos “literatura de realidade ou não ficcional”, “jornalismo em profundidade” e “jornalismo de autor”, segundo indicação de Gustavo Castro e Silva (2009, p. 206), assim como “jornalismo mágico”, utilizado por Heloiza Herscovitz (2004, p. 175) para se referir especificamente ao trabalho do colombiano Gabriel García Márquez.

Aparentemente, a expressão “jornalismo literário” é que mais tem sido alvo de legitimidade (MARTINEZ, 2009, p. 200-201). Mesmo assim, sua essência é questionável ou mal interpretada, sendo confundida, vez ou outra, “com jornalismo sobre literatura (crítica literária, por exemplo)” ou como “ficção baseada na realidade factual” (CARVALHO & PASSOS, 2008, p. 68). E há outras desordens, como sua associação costumeira à fase de renovação da imprensa nos Estados Unidos, denominada *new journalism*³ – ou “novo jornalismo” –, que teve início nos anos 1960 (IJUIM, 2010, p. 4). Isto é dizer que alguns autores se referem a experiências contemporâneas, vistas mundo afora, como se fossem todas herdeiras dos feitos promovidos pelos jornalistas norte-americanos que, num cenário específico, apostaram nas técnicas legitimadoras do “romance realista” – não obstante as tenham descoberto de maneira intuitiva, e não com embasamentos teóricos – para dar forma a um jornalismo diferenciado. Esse método, em resumo, consiste no texto construído cena a cena, no registro de diálogos completos, na descrição de ambientes, pessoas e objetos, bem como na expressão de pontos de vista da “terceira pessoa” – no caso, o repórter, em condição de testemunha ocular –, segundo explicação de Tom Wolfe (2005, p. 53-55), pertencente ao grupo pioneiro do *new journalism*. Também nós reconhecemos haver aproximação de intenções e de fazeres, entre aquele momento e outros tantos, mas isso não significa que as produções do presente sejam mera reprodução, adaptação ou reformulação do que se promoveu nas décadas de 1960 e 1970, assim como seria incoerente com a história da atividade profissional aqui posta em evidência afirmar que matérias jornalísticas estruturadas com recursos reda-

³ Temos ressalvas quanto o adjetivo “novo” empregado como referência ao momento em que expoentes do jornalismo norte-americano produziram, de modo expressivo, um jornalismo menos técnico e mais criativo. Dizemos isso porque muitos autores, como Roberto Muggiati (1971), Alessandro Carvalho Sales (2006), Marcelo Bulhões (2007) e Jorge Ijuim (2010), já comprovaram que, bem antes de 1960, experiências de mesma natureza ocorreram em diferentes partes do mundo, inclusive na própria América do Norte. Pensamos, em razão dessas leituras, que o chamado novo jornalismo não era tão novo assim.

cionais literários nunca foram vistas antes da segunda metade do século 20. Os registros e as análises focados em momentos anteriores a essa demarcação temporal revelam justamente o contrário.

Há, de fato, muitas articulações e vários resgates a serem feitos, no propósito de mapear o que se pensou e, principalmente, de reconhecer o que já foi sistematizado a propósito do fenômeno aqui evocado. Para sermos mais objetivos, direcionaremos nossas atenções à literatura brasileira que se reporta à expressão jornalismo (ou gênero) diversional, buscando extrair das fontes consultadas a base necessária para demonstrar nosso pensamento sobre o assunto.

2. Razões e identidade

O aspecto mais delicado a ser levado em conta, quando se pensa sobre o gênero diversional, não está relacionado à sua estrutura ou à sua característica, mas, sim, ao próprio termo, que se remete transversalmente à diversão. E, de fato, o dicionário da língua portuguesa insere diversão como sinônimo de “divertimento, entretenimento, distração” (FERREIRA, 2004, p. 693). Das três palavras sugeridas pela referida fonte, distração é a que mais se aproxima daquilo a que se propõe o gênero jornalístico aqui tratado: ser expressão da sensibilidade e da habilidade de escrita próprias de alguns profissionais da imprensa, com a finalidade de “oferecer textos de muito agrado” (ERBOLATO, 2006, p. 44), capazes de distrair potenciais leitores.

É muito evidente que esse apelo tem ancoragem na perspectiva funcionalista da comunicação de massa (WOLF, 2005, p. 51). Não por acaso, Marques de Melo (2006b) registrou que os gêneros “se estruturam a partir das funções da comunicação de massa na sociedade”. Sua afirmação se apoia no paradigma alicerçado nas obras de Harold Lasswell (1987) e de Charles Wright (1968), que definiram – cada um a seu modo e em seu tempo⁴ – os propósitos funcionais da comunicação midiática: informar, persuadir, educar (ou orientar) e entreter. Em específico, a finalidade diversional dos meios – e,

⁴ O texto original de Lasswell data de 1948. Nele, estão registradas as três funções principais da mídia – *vigilância sobre o meio ambiente; correlação das partes da sociedade em resposta ao meio e transmissão da herança social de uma geração para a outra* –, traduzidas, mais tarde, em termos mais simplistas (informar, persuadir, educar). A elas, Wright, em 1959, durante o 4º Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Milão, Itália, acrescentou o *entretenimento*, como uma quarta função.

por conseguinte, do jornalismo – é dedicada à “ocupação do tempo livre resultante da redução da jornada de trabalho coletiva” (MARQUES DE MELO, 2006b).

A ideia de que ao jornalismo, para além de informar e de orientar, cabe divertir e/ou entreter foi certamente introduzida na bibliografia corrente no Brasil, em meados década de 1960, pelas apostilas didáticas que Luiz Beltrão elaborou para seus alunos da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), as quais foram replicadas, posteriormente, em dois de seus livros: *Jornalismo opinativo* (1980, p. 13-14) e *Teoria e prática do jornalismo* (2006, p. 13). Foi ele, portanto, o primeiro a notar que a “função lúdica” corresponde a um dos “ângulos” do jornalismo, muito embora não tenha se estendido nessa discussão e/ou utilizado tal elemento para definir tipologias, limitando-se apenas a avaliar que *diversão* consiste, na esfera jornalística, em

um meio de fuga às preocupações do quotidiano ou costumeiro, uma pausa no ramerrão, um preenchimento dos lazeres com algo reparador do dispêndio de energias reclamado pela própria atividade vital de informar-se, sem a qual nenhum ser vivo pode evoluir e aperfeiçoar-se, nem o ser humano, especificamente, manter suas relações (BELTRÃO, 1980, p. 13).

Não se trata, contudo, do mesmo divertimento jocoso que produtos ficcionais e de entretenimento – tais como filmes, telenovelas, jogos, programas de auditório, etc. – oferecem à sociedade (ASSIS, 2010, p. 144-145), apesar de a noção que assimilamos também estar atrelada ao reconhecimento de que a *diversão* no jornalismo é fruto da *cultura de massa*. A ideia aqui defendida se aproxima da perspectiva apresentada por Otto Maria Carpeaux (1968, p. 278): a diversão, segundo o autor – amparado em Richard Hoggart –, é o resultado da “fragmentação” dos *media*, estabelecida de modo a atingir um maior número de pessoas, adequando conteúdos. Em geral, consumidores de produtos jornalísticos não dispõem de tempo e/ou de interesse para se “concentrar”, diariamente, em densos tratados ou em materiais muito aprofundados, razão pela qual os próprios veículos optam pela superficialidade, que finda por entreter. O jornalismo, então, oferece “doses homeopáticas” de histórias reais, capazes de serem lúdicas. E, assim sendo, o gênero diversional se estrutura por sobre fragmentos do cotidiano, que podem divertir e distrair a atenção de potenciais leitores, com narrativas que valorizam as experiências dos protagonistas da cena noticiosa e os cenários em que elas se desenrolam.

Muito embora isso se pratique há décadas, como já afirmamos, é somente no início dos anos 1970 que a conjunção “jornalismo diversional”, propriamente dita, aparece em publicações – nacionais, evidentemente. O termo foi cunhado por José Marques de Melo, dando título a uma pequena antologia homônima, editada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e composta por quatro textos reproduzidos da revista *Bloch Comunicação* (MUGGIATI et al, 1971)⁵. Curioso, porém, é o fato de que em nenhuma das páginas daquele livro consta a mesma expressão adotada na capa, tendo elas servido a reflexões acerca das obras de Ernest Hemingway e de Truman Capote, assim como à apresentação de técnicas narrativas.

Observando o desempenho de Hemingway na imprensa, Roberto Muggiati (1971, p. 10) percebe uma “verdadeira fusão do escritor e do jornalista”, propiciada pela “libertação das convenções, uma atitude mais flexível, preferindo a apresentação narrativa direta à rígida pirâmide invertida”. E denomina o trabalho por ele avaliado como “reportagem-conto”, típico jornalismo que recorre à técnica do conto⁶ – estilo, narrativa –, para construir algo muito próximo ao que Zevi Ghivelder (1971, p. 23) atribui a estampa de “reportagem-criativa”, cuja característica é ser um “autêntico trabalho de criação sobre os fatos acontecidos”.

Esse trabalho jornalístico que se permite criativo demonstra ser a essência do gênero diversional. Todavia, é necessário ponderar alguns elementos de seu processo, muito embora entendamos que, se esse jornalismo é caracterizado pela liberdade conferida ao repórter e por sua capacidade de criar, seria incoerência qualquer tentativa de estipular modelos ou padrões rígidos. Por outro lado, tentando não correr o risco de nos deixar levar pelo senso comum, importa mostrar que esse fazer não se resume a dar ao texto “um tratamento literário de palavrório”, mas significa “captar a transcendência das coisas, fatos e pessoas, valendo-se o repórter de um senso de observação permanentemente acurado”, como bem percebe Ghivelder (1971, p. 24), referindo-se à “lição” deixada por Capote, em seu *A sangue frio*. De suas considerações, ainda podemos extrair a

⁵ Embora, no livro, Marques de Melo não apareça como organizador ou editor, temos conhecimento de que foi ele o responsável pela preparação do material, bem como foi quem definiu o título.

⁶ Apesar do título de seu texto – *Hemingway e a reportagem conto* – ser bastante delimitado, Roberto Muggiati (1971, p. 11) diz haver, “além do conto”, “outras formas, outras técnicas, que se podem prestar à exploração jornalística”, como aquelas empregadas pelo teatro, pelo cinema ou, mesmo, pela televisão.

essência da criação no jornalismo, isto é, elementos diluídos ao longo da reflexão estabelecida e que podemos listar nos seguintes tópicos:

- descrição de pessoas (relacionadas à história relatada);
- reprodução de diálogos;
- pesquisa paciente e detalhada (apuração);
- técnicas adequadas – e próprias – para entrevistar as fontes;
- suspense e flashback (recursos para descrever ou narrar os fatos);
- ritmo de interesse da história;
- capacidade – do jornalista, claro – de estabelecer relações diversas (como, no exemplo dado pelo autor, entre as condições climáticas e o comportamento dos personagens).

O jornalismo dessa natureza, assim sendo, é o “que abandona a fria objetividade e tenta dar [ao texto] um caráter impessoalmente aprofundado, mas de maneira amena, ágil, colorida” (MARQUES DE MELO, 1972, p. 51). Distrai – ou diverte, como sugere a tônica do conceito – porque se mostra agradável, inserindo o leitor em detalhes geralmente despercebidos ou tidos como de pouca importância – de nenhuma, até –, mas que conferem graça ao relato.

Retornando à tentativa de esboçar um percurso diacrônico das publicações brasileiras que se dedicaram à conceituação e à classificação do gênero por nós estudado, justo se faz reconhecer que, na sequência, quem emprega o termo é Mário Erbolato (2006, p. 44), segundo quem, “no jornalismo diversional, o repórter procura viver o ambiente e o problema dos envolvidos na história”, não podendo, de modo algum, se “limitar às entrevistas superficiais”. Diz ele, ainda, que tal prática “demanda enorme tempo, e poucos são os que podem se dedicar semanas ou meses a uma matéria”. Por outro lado, reconhece que a técnica – ou, podemos dizer melhor, o conjunto de técnicas que possibilitam a elaboração das formas jornalísticas dessa natureza – “reaviva assuntos, tornando-os sempre atuais, e prende o leitor, ainda que ele tenha conhecimento de muitos pormenores divulgados”.

Posteriormente, José Marques de Melo é quem, de novo, trata da questão. Todavia, mesmo tendo sido o responsável pela difusão do termo, ele partiu, numa primeira reflexão, em lado contrário, o de não legitimação do jornalismo diversional. Seus argu-

mentos eram os de que a tendência assim qualificada não demonstrava encontrar “ancoragem na práxis jornalística observada no país”, sendo “a diversão” um “mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e seu público” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64). Parece-nos que, na época em que teceu essas considerações – início dos anos 1980⁷ –, seu pensamento e suas observações indicavam descrença a respeito das possibilidades criativas à disposição da imprensa, talvez por força da própria conjuntura do Brasil, inserido nos últimos anos do regime militar, período em que a atividade jornalística ainda encontrava barreiras para seu exercício pleno⁸. E isso fica evidente até mesmo quando se volta à “história de interesse humano” – antes classificada por Luiz Beltrão (1969, p. 377) –, pondo sua identidade em xeque, com a justificativa de que se trata de “matéria fria”, “de atualidade permanente”, a qual o jornalista pode escrever recorrendo ao “arsenal peculiar ao universo da ficção”, mas em nada se diferenciando da reportagem (MARQUES DE MELO, 2003, p. 61).

Nos anos seguintes, tais ideias foram repensadas. Tanto é que nos materiais didáticos preparados na primeira década do século 21, para uso no programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), o autor legitimou o gênero diversional, categorizando-o como o que “surge no pós-guerra como contingência do jornalismo, no sentido de sobreviver num ambiente midiático dominado pelo entretenimento”. E explica, ainda: “A ascensão do *show business* contamina a produção jornalística, introduzindo ao resgate de certas formas de expressão que mimetizam os gêneros ficcionais, embora os relatos permaneçam ancorados na realidade” (MARQUES DE MELO, 2006a).

Em abordagem recente, Demétrio de Azeredo Soster et al (2010, p. 8) propuseram-se a delinear os contornos que separam o jornalismo diversional e o jornalismo interpretativo, idealizando o primeiro agrupamento como “um modelo de narrativa que, arcada no ‘real’, visa, antes, entreter que informar ou opinar, mas não prescinde destes

⁷ Embora o livro citado por nós seja de 2003, o texto original é de 1983. Trata-se da tese de livre-docência elaborada por Marques de Melo, a qual foi defendida na ECA-USP.

⁸ O regime militar inibiu, com a imposição da censura, a prática de um jornalismo mais engajado e aberto a possibilidades criativas. O principal exemplo disso é, provavelmente, a revista *Realidade*. Criada em 1966 e apontada por Marques de Melo, assim como por outros pesquisadores, como o principal reduto do gênero diversional no Brasil, foi descaracterizada – ou seja, deixou de se dedicar à produção de matérias aprofundadas, interessantes, emocionantes ou divertidas – após o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que intensificou o controle dos meios de comunicação (FARO, 1999, p. 20).

gêneros, e que se baseia nas categorias singular/universal/particular para estruturar seus discursos”. A defesa a que se apegam pressupõe os formatos dessa ordem – assim como os de fundo interpretativo – serem, na realidade, estratégias adotadas por veículos impressos para se manterem no sistema midiático, uma vez que esses signos exibem diferenças que os permitem demarcar espaço em relação às mídias eletrônicas e digitais, mais ágeis e mais sucintas, pelas próprias naturezas.

Concordamos parcialmente com esse modo de pensar, por cogitarmos a hipótese de que, muitas vezes, essas produções resultam de uma união de forças que não necessariamente intencionam exibir diferenciais para a concorrência entre suportes. Ou seja: as causas do gênero demonstram, muitas vezes, mais atrelamento a outras particularidades, como à sensibilidade de um jornalista – sem dúvida, algo próprio do sujeito – em perceber o que não costuma ser notado por muitos de seus colegas.

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (2011) também relativiza a tendência – inclusive por nós alimentada – de se usar os conceitos de “jornalismo diversional” e de “jornalismo literário” como sinônimos. Em seu modo de ver, não se trata de um único gênero, mas, sim, de dois conjuntos que se distanciam em razão da temporalidade, tanto no que tange à permanência do relato – podendo um (literário) ser apreciado em qualquer momento, tal como se dá com a escrita de ficção, e o outro se limitar ao momento da publicação (diversional) – quanto à “longevidade” do próprio fato retratado. Assim, enquanto “o jornalismo literário corrompe ou ignora os atributos do jornalismo de massa contemporâneo: novidade, atualidade, universalidade, periodicidade” e procura “a perenidade da literatura”, o jornalismo diversional “lança mão da literatura apenas naqueles recursos que possibilitem a leveza de um texto elegante, atraente, chamativo”, estando mais comprometido com a agilidade de veículos com periodicidade diária ou semanal, os quais têm o atual e o novo como condição de existência. A autora reconhece, entretanto, que “as fronteiras” por ela apontadas “não são definitivas, uma vez que os gêneros são mutáveis e estão em permanente reorganização” (TEMER, 2011, p. 6-7). Particularmente, estamos mais cativos a essa última ideia. Temos dúvidas quanto à possibilidade de haver uma separação desse fazer em dois eixos distintos, pelo aspecto temporal, mesmo porque muitos textos geralmente apontados como clássicos do jornalismo literário – os de Gay Talese ou os de Tom Wolfe, por exemplo – foram elabora-

dos para jornais ou para revistas, antes de se serem republicados em livros. Para além disso, as próprias noções sobre fato noticioso e sobre sua permanência no jornalismo necessitam de revisão, para que os embates entre perene e efêmero, novidade e atualidade permanente, acontecimento datado ou acontecimento social sejam mais bem situados no bojo das teorias sobre a imprensa e, conseqüentemente, nos debates voltados aos gêneros jornalísticos.

3. Caminhos de interrogações

Todos esses apontamentos nos acenam para várias questões a serem pensadas. A própria Ana Carolina Temer (2011, p. 6) afirma que a “confusão” de definições e de nomenclaturas “só seria resolvida quando se tentasse determinar quais quebras e quais recursos literários são utilizados no jornalismo diversional e quais são no investigativo, no literário, no gonzo, etc.”. Acreditamos haver dois caminhos. Um deles é o que ela própria sinalizou. O outro, mais perto do que compreendemos, é assumir que o jornalismo diversional se constrói de diferentes maneiras.

Mesmo reconhecendo que recursos específicos – como a técnica do conto ou do romance realista, supracitados – podem influenciar a escrita, não poderíamos jamais garantir a vigência de um único modelo ou de um roteiro a ser seguido para o fazer jornalístico dessa natureza. O processo aparenta ser exatamente desprendido de padronizações ou, em última análise, de grandes amarras. É claro que sempre haverá escolhas comuns a vários profissionais, procedimentos repetidos e até estratégias imitadas. Mas o *modus operandi* é de cada profissional. Sua escrita revelará seu olhar, sua competência, suas conquistas oriundas da apuração.

A preparação desse jornalismo depende, por conseguinte, muito mais da percepção e do olhar do repórter que a ela se dedica do que, propriamente, da obediência a determinações das empresas jornalísticas ou do cumprimento de padrões universais. Por isso mesmo, poderíamos dizer que matérias dessa natureza servem mais à contemplação do que à busca pela informação nova. Não que a novidade ali inexista. No entanto, a principal finalidade desses relatos é a de envolver o leitor com relatos agradáveis, gerando empatia, distraíndo-o.

Isso se alcança inclusive com o jogo de palavras utilizado na construção textual, resultado de uma apuração eficiente e forma concreta que revela certa percepção sobre o assunto retratado – pessoas, ambientes, situações, diálogos, etc. É o que irá provocar, nos outros, o riso, a gargalhada, o choro, a comoção, o suspiro, o nó na garganta e quaisquer outras sensações que o vocábulo diversional tenta reunir e resumir e que o jornalista, primeiro, experimentou.

Contudo, uma advertência deve ser feita: considerar tudo isso não é o mesmo que determinar as “matérias diversionais” – se assim podemos chamá-las – como produções sem dados precisos, apurados, checados, enfim, informativos. O que se quer reforçar é que a identidade dessas unidades redacionais não está no fato novo trazido à tona, mas consiste nos aspectos próprios do texto. Sua característica básica, por isso mesmo e repetindo, é a escrita jornalística construída com recursos comuns à escrita literária, à ficção.

Nossa ideia, logo, é a de que há, entre as classes de textos praticadas pela imprensa, uma cuja tônica está na criatividade de quem a produz e na sensibilidade desse sujeito em olhar o mundo, e dele extrair “histórias tão reais” e interessantes “que parecem inventadas”, como bem sinalizou Eliane Brum (2008, p. 15), sendo ela própria uma das cultivadoras desse jornalismo, nos dias de hoje.

Feitas essas anotações, referentes às características concretas do objeto, devemos nos empenhar para responder a questionamentos de outra ordem, mais subjetiva, que por enquanto se mantêm sem resposta, como, por exemplo, sobre as motivações e o papel singular do jornalista no processo de constituição do jornalismo diversional. Seria o gênero somente fruto de um querer produzir algo diferenciado? Ou ele está circunscrito à própria evolução profissional do repórter, que a certa altura sente necessidade de ir além do “comum do dia a dia”?

Diretamente relacionado com essas inquietações está o esforço que fazemos em nosso doutorado, que, de modo igual ao esboçado nestas linhas, procura chaves para um melhor aproveitamento do gênero – tanto do ponto de vista científico (taxionômico) quanto para seu ensino e sua consequente prática. Afirmando não ser este um desfecho e tampouco uma conclusão para estas exposições, gostaríamos novamente de enfatizar a necessidade de problematização do jornalismo diversional para o seu entendimento;

somente ao contemplarmos os pressupostos aqui elencados, e/ou outros mais que porventura existam, avançaremos na discussão sobre aquilo que ainda se caracteriza pela incompreensão. Devemos, então, caminhar nesse sentido.

Referências

ASSIS, Francisco de. Gênero diversional. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 141-162.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

_____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2008.

BULHÕES, Marcelo. João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX. **Famecos**, Porto Alegre, n. 32, p. 78-84, abr. 2007.

CARPEAUX, Otto Maria. **Vinte e cinco anos de literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CARVALHO, Juliano Maurício de; PASSOS, Mateus Yuri Ribeiro da Silva. A contribuição da revista *piauí* para uma cultura científica. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 64-80, jul./dez. 2008.

CASTRO E SILVA, Gustavo. Jornalismo literário. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 206.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FARO, J. S. **Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Canoas: Ulbra, AGE, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GHIVELDER, Zevi. A lição de Truman Capote. In: MUGGIATI, Roberto et al. **Jornalismo diversional**. São Paulo: ECA-USP, 1971. p. 8-12.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. O jornalismo mágico de Gabriel García Márquez. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 175-194, 2º sem. 2004.

IJUIM, Jorge Kanehide. Jornalismo além da fórmula: a supervalorização do referencial estrangeiro e o desprezo às experiências brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., Caxias do Sul, 2010. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2010.

LASSWELL, Harold D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural: leituras e análises dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 105-117.

MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010a. p. 23-41.

_____. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2010b.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Gêneros da comunicação de massa: análise dos gêneros e formatos jornalísticos**. 2006a. (Original do autor).

_____. **Gêneros da comunicação de massa: teoria dos gêneros midiáticos**. 2006b. (Original do autor).

_____. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **Reflexões sobre temas de comunicação**. São Paulo: ECA-USP, 1972.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: um gênero em expansão. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 119-215, jul./dez. 2009.

MUGGIATI, Roberto. Hemingway e a reportagem conto. In: _____. et al. **Jornalismo diversional**. São Paulo: ECA-USP, 1971. p. 8-12.

_____. et al. **Jornalismo diversional**. São Paulo: ECA-USP, 1971.

SALES, Alessandro Carvalho. Entre o jornalismo e a literatura: a belle époque e o new journalism no Brasil. **Comunicare**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 77-95, 1º sem. 2006.

SOSTER, Demétrio de Azeredo et al. Jornalismo diversional e jornalismo interpretativo: diferenças que estabelecem diferenças. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., Caxias do Sul, 2010. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2010.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Notícias do Carnaval ou carnaval de notícias: um estudo sobre gêneros na cobertura telejornalística do Carnaval. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., Recife, 2011. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WRIGHT, Charles R. **Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.